



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
ACNO 11 (103 Norte) - Rua NO 11 COM AV. NS 01 - Bairro CENTRO - CEP 77001-036 - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>
CONJ 03 LOTE 2

Edital Nº 231 / 2021 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL nº 052, de 2021 – SEI n. 21.0.000008144-0

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no curso **ACESSIBILIDADES E INCLUSÃO NO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE**, a se realizar no período de **12 de agosto à 30 de setembro de 2021**, mediante as condições determinadas neste Edital e demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Nome: Acessibilidades e Inclusão no Judiciário Tocantinense

Objetivo: Refletir criticamente sobre as políticas de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência no Poder Judiciário Tocantinense, possibilitando aos alunos e às alunas conhecerem aspectos históricos e conceituais a partir da identificação de políticas de inclusão como direito humano.

Período de inscrições: As inscrições acontecerão no período de 20 de julho a 6 de agosto de 2021.

Inscrições:

- As inscrições dos magistrados e das magistradas deverão ser realizadas no Sistema Acadêmico Virtual, no Portal da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (SAV/ESMAT);
- As inscrições dos servidores e das servidoras indicados(as) pela chefia mediata dos setores contemplados para a participação no referido curso deverão ser encaminhadas via SEI nº 21.0.000008144-0, para que sejam realizadas pela Secretaria Acadêmica Virtual;

- Caso as vagas do curso supracitado, com público-alvo específico e temáticas ligadas às metas do Conselho Nacional de Justiça e ainda as metas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, não sejam preenchidas com o quantitativo de inscrições disponibilizadas, o presidente do Tribunal de Justiça ou o corregedor geral da Justiça poderão convocar o público-alvo indicado;
- Havendo vagas remanescentes após o período de inscrição contido no Edital, caso haja interessados em participar do curso, estes deverão encaminhar e-mail de solicitação ao Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (NUFAM), para o endereço de e-mail nufamtjto@gmail.com ou nufam@tjto.jus.br. Ressalta-se que a solicitação de inscrição será analisada pela Coordenação do Curso e encaminhada posteriormente à Secretaria Acadêmica para a matrícula. O(A) candidato(a) deverá acompanhar seu e-mail para tomar conhecimento da situação da matrícula, se foi homologada, ou não.

Público-Alvo: Magistrados e magistradas

Servidores e servidoras da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Servidores ou servidoras do Núcleo de Gestão Socioambiental, indicados pela chefia mediata.

Servidores e servidoras das áreas de Tecnologia da Informação, Cerimonial e Eventos, e Comunicação Social que atuam diretamente na acessibilidade e na aplicação de tecnologias assistivas, indicados pela chefia mediata.

Servidores ou servidoras que atuam na Gestão dos Fóruns das Comarcas do Tocantins, indicados pelo juiz gestor da comarca.

Carga horária: 60 horas

Modalidade: EaD

Local: Plataforma da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT)

Valor do curso, custeado pela Esmat, por aluno: O valor do curso será calculado após a conclusão das atividades, considerando-se os critérios de horas-aula,.

2. VAGAS

2.1 serão 80 vagas, assim distribuídas:

Público-alvo	Nº de vagas
Magistrados e magistradas	20

Servidores e servidoras da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão	10
Servidores ou servidoras do Núcleo de Gestão Socioambiental, indicados pela chefia mediata.	5
Servidores e servidoras das áreas de Tecnologia da Informação, Cerimonial e Eventos, e Comunicação Social que atuam diretamente na acessibilidade e na aplicação de tecnologias assistivas, indicados pela chefia mediata.	5
Servidores ou servidoras que atuam na Gestão dos Fóruns das Comarcas do Tocantins, indicados pelo juiz gestor da comarca.	40
Total de Vagas	80

3. PRÉ-REQUISITOS

- 3.1 Serem Magistrados e magistradas
- 3.2 Serem Servidores e servidoras da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão
- 3.3 Serem Servidores ou servidoras do Núcleo de Gestão Socioambiental, indicados pela chefia mediata.
- 3.4 Serem Servidores e servidoras das áreas de Tecnologia da Informação, Cerimonial e Eventos, e Comunicação Social que atuam diretamente na acessibilidade e na aplicação de tecnologias assistivas, indicados pela chefia mediata.
- 3.5 Serem Servidores ou servidoras que atuam na Gestão dos Fóruns das Comarcas do Tocantins, indicados pelo juiz gestor da comarca.

4 FREQUENCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.1 Frequência

A frequência no curso será registrada com base nos seguintes itens:

4.1.1 50% pela participação nas videoconferências pelo *Google Meet*. Essa frequência será registrada no momento em que o aluno efetuar o seu *login* de acesso no Sistema Acadêmico Virtual (SAV), para assistir à transmissão do Evento, *link* este que será disponibilizado pela Coordenação do Curso no Mural de Avisos do AVA;

4.1.2 50% pela participação nos fóruns de discussão formativa e na realização da atividade avaliativa proposta pelos facilitadores de aprendizagem de acordo com o cronograma do curso. Ao final, a Secretaria Acadêmica gera o Relatório de Frequência consolidado;

4.1.3 Todas as atividades ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na Plataforma *Moodle*. As dificuldades de acesso deverão ser printadas e enviadas por e-mail ao Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (NUFAM), para conhecimento e repasse ao setor de Tecnologia da Esmat. A infrequência nas videoconferências não poderá ser abonada sob nenhuma justificativa;

4.1.4 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento ou no período de realização do curso esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os alunos e as alunas deverão atualizar os seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

4.2 Avaliação

4.2.1 A avaliação será realizada de forma individual e coletiva. Quanto à avaliação individual, esta se dará por meio da resolução da atividade proposta pelos facilitadores de aprendizagem e sua postagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem, de acordo com o cronograma do curso. Já a avaliação coletiva será realizada pelos facilitadores de aprendizagem, a partir da participação dos alunos e das alunas nas videoconferências pelo *Google Meet*, participação nos fóruns de discussão formativa, em cada módulo, caracterizando-se, assim, a avaliação contínua do curso;

4.2.2 A partir da postagem da atividade avaliativa no AVA, os facilitadores de aprendizagem ficarão responsáveis pela aferição de notas de seus alunos e alunas e o devido fechamento do Diário Eletrônico – informações necessárias que servirão de respaldo para a certificação dos concluintes. Essa atividade terá o valor de 10,0 pontos;

4.2.3 Somente receberão o certificado de conclusão os alunos e as alunas que obtiverem média igual ou superior a 7,0 e frequência igual ou superior a 75% de aproveitamento;

4.2.4 Os alunos matriculados e as alunas matriculadas estarão sujeitos e sujeitas às regras estabelecidas na Portaria nº 1.965, de 12 de setembro de 2018, e também às regras previstas no Edital próprio do curso.

4.2.5 Todos os alunos estarão sujeitos às regras estabelecidas na Portaria nº 1.965, de 12 de setembro de 2018, e também às regras previstas no Edital próprio do curso.

5. CRONOGRAMA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AMBIENTAÇÃO	
Descritores	Conteúdo Programático e/ou Atividades
Data/Período	<i>De 12 a 16 de agosto de 2021.</i>
Proposta para o Curso	Período de ambientação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na Plataforma <i>Moodle</i> , para apresentação do curso, com tutoriais para que os alunos e as alunas possam se apropriar das ferramentas disponibilizadas na modalidade de curso EaD. Escolha da turma pela qual serão desenvolvidas as atividades formativas do curso.
Carga Horária	4 horas-aula
MÓDULO I	
Descritores	Conteúdo Programático e/ou Atividades
Tema	Introdução, Recursos de Acessibilidade, Legislação, Ambiente Jurídico e a Inclusão
Data/Período	<i>De 17 a 24 de agosto de 2021.</i>
Professoras	Maria Teresa Eglér Mantoan Rosângela Machado Meiriene Cavalcante Barbosa
Conteúdos	Parte 1: O que preciso saber sobre inclusão escolar? Por que uma escola para todos?

Programáticos	<p>1. LDBEN/1996 ; Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva PNEEPEI/ MEC- 2008.</p> <p>Parte 2: Inclusão e justiça social</p> <p>2. A história das pessoas com deficiência e o contrato social.</p> <p>3. A diferença entre os movimentos de integração e de inclusão.</p> <p>4. Os modelos teóricos da deficiência .</p> <p>5. O reconhecimento da diferença humana como princípio do sistema de justiça.</p> <p>Parte 3: A deficiência à luz dos Direitos Humanos</p> <p>6. Fundamentos constitucionais e convencionais da inclusão.</p> <p>7. Conceito de deficiência e de barreira segundo a Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência.</p> <p>8. A acessibilidade como instrumento para quebra de barreiras e garantia de direitos.</p> <p>9. O princípio da participação ativa e da autonomia da pessoa com deficiência no provimento de recursos de acessibilidade.</p>
Objetivos Específicos do Módulo	<p>Parte 1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esclarecer a natureza inclusiva do sistema educacional brasileiro <p>Parte 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os marcos históricos da exclusão e do processo de inclusão social das pessoas deficiência no Brasi.l • Relacionar os estudos sobre o contrato social à participação das pessoas com deficiência na elaboração e na implementação de políticas públicas. • Compreender a influência dos modelos da deficiência (médico, social e de direitos humanos) nas ações individuais e coletivas. <p>Parte 3</p>

- Discutir os marcos legais que garantem os direitos fundamentais das pessoas com deficiência e o princípio da não discriminação.
- Abordar as inovações trazidas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) aos marcos legais e às políticas públicas brasileiros.
- Estudar a natureza das barreiras comumente presentes nos diferentes espaços sociais.
- Conhecer os fundamentos da acessibilidade, considerando a quebra de barreiras e a participação das pessoas com deficiência nesse processo.

Metodologia
do Módulo

3 Videoconferências síncronas no *Google Meet*

Aula Síncrona 1 – Dia 17 de agosto de 2021

Horário: Das 17h às 18h

Formadora: Maria Teresa Eglér Mantoan

Esta videoconferência será gravada e disponibilizada no AVA posteriormente.

Aula Síncrona 2 – Dia 18 de agosto de 2021

Horário: Das 16h às 18h

Formadora: Rosângela Machado

Esta videoconferência será gravada e disponibilizada no AVA posteriormente.

Aula Síncrona 3 – Dia 19 de agosto de 2021

Horário: Das 16h às 18h

Formadora: Meiriene Cavalcante Barbosa

Esta videoconferência será gravada e disponibilizada no AVA posteriormente.

Interatividade Ambiente Virtual de Aprendizagem, contemplando:

- Estudo dos tópicos apresentados nos *slides*;

- Leitura para aprofundamento do tema, a partir de textos disponibilizados pelas professoras;
- Participação dos alunos e das alunas em Fórum de Discussão Formativa, a partir do texto norteador proposto pelos facilitadores de aprendizagem.

Distribuição da Carga Horária do Módulo	Videoconferências 5 horas-aula	Interatividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem 4 horas-aula
---	-----------------------------------	--

Carga Horária Total **9 horas-aula**

MÓDULO II

Descritores Conteúdo Programático e/ou Atividades

Tema Atendimento à Pessoa com Deficiência

Data/Período De 25 a 31 de agosto de 2021.

Professores Adriana Magna S. da Silva Ramalho
Adhemar Chufalo

Conteúdos Programáticos

1. Princípios básicos do atendimento às pessoas com algum tipo de Deficiência;
2. O Respeito à condição do outro – a empatia é mola mestra.
3. O Diálogo – palavras bem ditas abrem portas.

Objetivos Específicos do Módulo

- Proporcionar reflexão para mudança de atitude, quanto aos aspectos que
- ajudam e aos que prejudicam no dia a dia de todos;
- Desenvolver boas práticas no atendimento respeitoso às pessoas com

- deficiência;
- Praticar o atendimento proativo e eficiente.

Videoconferências síncronas no *Google Meet*

Aula Síncrona 4 – Dia 25 de agosto de 2021

Horário: Das 16h às 18h

Professores: Adriana Magna S. da Silva Ramalho e Adhemar Chífalo

Esta videoconferência será gravada e disponibilizada no AVA posteriormente.

Interatividade Ambiente Virtual de Aprendizagem, contemplando:

- Estudo dos tópicos apresentados nos *slides*;
- Leitura para aprofundamento do tema, a partir de textos disponibilizados pelos professores;
- Participação dos alunos e das alunas em fórum de Discussão Formativa, a partir do texto norteador proposto pelos facilitadores de aprendizagem.

Distribuição da Carga Horária do Módulo

Videoconferências
2 horas-aula

Interatividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem
7 horas-aula

Carga Horária Total

9 horas-aula

MÓDULO III

Descritores

Conteúdo Programático e/ou Atividades

Tema	Acessibilidade no SEI
Data/Período	<i>De 1º a 14 de setembro de 2021.</i>
Professores	Clairton Thomazi Patrícia Valentina Ribeiro Santanna Garcia
Conteúdos Programáticos	Parte I 1. Obstáculos que dificultam o trabalho de pessoas com deficiência no SEI e propostas de melhoria. Parte II 2. O uso da ferramenta SEI nos Processos Eletrônicos Administrativos do Poder Judiciário Tocantinense.
Objetivos Específicos do Módulo	<ul style="list-style-type: none">• Sensibilizar os participantes sobre a importância dos processos de acessibilidade desenvolvidos no SEI;• Demonstrar como a ferramenta proporciona inclusão de usuários com deficiência visual;• Refletir sobre o papel dos usuários do Sistema SEI neste processo de acessibilidade.
Metodologia do Módulo	Videoconferências síncronas no <i>Google Meet</i> Aula Síncrona 5 – Dia 1º de setembro de 2021 Horário: Das 16h às 18h <i>Professores: Clairton Thomazi e Patrícia Valentina Ribeiro S. Garcia</i> Esta videoconferência será gravada e disponibilizada no AVA posteriormente.
	Interatividade Ambiente Virtual de Aprendizagem, contemplando:

- Estudo dos tópicos apresentados nos *slides*;
- Leitura para aprofundamento do tema, a partir de textos disponibilizados pelos professores;
- Participação dos alunos e das alunas em 2 Fóruns de Discussão Formativa, a partir do texto norteador proposto pelos facilitadores de aprendizagem.

Distribuição da Carga Horária do Módulo	Videoconferências 2 horas-aula	Interatividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem 10 horas-aula
---	-----------------------------------	---

Carga Horária Total
12 horas-aula

MÓDULO IV

Descritores **Conteúdo Programático e/ou Atividades**

Tema **Acessibilidade no Eproc**

Data/Período *De 15 a 21 de setembro de 2021.*

Professores
Joelson Dias
Marlon Barbosa Silvestre

Conteúdos Programáticos
Parte 1
1. Barreiras do Sistema e-PROC enfrentadas pelas pessoas com deficiência
Consequências da inacessibilidade dos sistemas judiciais de petição eletrônico
2. Resoluções do CNJ
3. Desafios e perspectivas

Parte 2

4. Acessibilidade e Inclusão, o histórico do Eproc e sistemas produzidos pelo TRF4.

5. A evolução do Eproc, de 2009 até 2018.

6. Experiência do usuário (UX) – Nova interface, novos cuidados.

Futuro – Próximos passos do Eproc.

Objetivos
Específicos
do Módulo

- Demonstrar as principais barreiras do e-PROC enfrentadas pelas pessoas com deficiência;
- Com base nas boas práticas, delinear recomendações para aprimorar a acessibilidade do e-PROC;
- Sensibilizar os participantes sobre a importância dos processos de acessibilidade desenvolvidos no Eproc;
- Demonstrar como a ferramenta proporciona inclusão de usuários com deficiência visual;
- Refletir sobre o papel dos usuários do Sistema Eproc neste processo de acessibilidade.

Metodologia
do Módulo

Videoconferências síncronas no *Google Meet*

Aula Síncrona 6 – Dia 15 de setembro de 2021

Horário: Das 16h às 18h

Professores: Joelson Dias e Marlon Barbosa Silvestre

Esta videoconferência será gravada e disponibilizada no AVA posteriormente.

Interatividade Ambiente Virtual de Aprendizagem, contemplando:

- Estudo dos tópicos apresentados nos *slides*;
- Leitura para aprofundamento do tema, a partir de textos disponibilizados pelos professores;
- Participação dos alunos e das alunas em Fórum de Discussão Formativa, a partir do texto norteador proposto pelos facilitadores de aprendizagem.

Proposta Avaliativa

Período de postagem: *De 15 a 26 de setembro de 2021.*

Postagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Período de correção e *feedback* aos alunos e às alunas: *De 27 a 29 de setembro de 2021*

- Fórum TIRA-DÚVIDAS para a atividade Avaliativa;
- A atividade avaliativa será desenvolvida individualmente e terá um valor de 10,0 pontos. Para a execução da proposta avaliativa, os discentes deverão se apropriar dos conhecimentos ministrados durante as videoconferências, pela leitura do material disponível na plataforma, pela discussão nos fóruns formativos e utilizar o senso crítico diante da temática na escrita do texto;
- Os discentes deverão postar a atividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem, impreterivelmente na data prevista em cronograma;
- Os facilitadores de aprendizagem farão a correção da atividade e darão o *feedback* com a nota aos alunos e às alunas, no Ambiente Virtual de Aprendizagem até a data prevista em cronograma.

Distribuição da Carga Horária do Módulo	Videoconferência 2 horas-aula	Interatividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem 7 horas-aula	Proposta Avaliativa do Curso 7 horas-aula
Carga Horária Total	16 horas-aula		
MÓDULO V			
Tema	O uso da tecnologia assistiva no cotidiano da pessoa com deficiência		

Data/Período	<i>De 22 a 29 de setembro de 2021</i>
Professores	Manoel Amorim George França
Conteúdos Programáticos	<ol style="list-style-type: none">1. Conceito e definição de Tecnologia Assistiva.2. Categorias de Tecnologia Assistiva.3. Cidadania Digital e Tecnologias da Informação e Comunicação.4. Tecnologias centradas no usuário.5. Inclusão de pessoas com deficiência.6. Legislação sobre Tecnologias Assistivas para pessoas com deficiência.7. Interdisciplinaridade e Tecnologia Assistiva.
Objetivos Específicos do Módulo	<ul style="list-style-type: none">• Objetiva-se capacitar servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins sobre o uso da Tecnologia Assistiva no cotidiano da pessoa com deficiência.• Apresentar a Tecnologia Assistiva e sua Classificação como recursos, serviços, área de conhecimento interdisciplinar e conhecimento científico, para a inclusão de pessoas com deficiência.• Favorecer a compreensão sobre Tecnologias Assistivas destinadas às pessoas com deficiência visual e outras deficiências.
Metodologia do Módulo	Videoconferências síncronas no <i>Google Meet</i> Aula Síncrona 7 – Dia 22 de setembro de 2021 Horário: Das 16h às 18h <i>Professores: Manoel Amorim e George França</i> Esta videoconferência será gravada e disponibilizada no AVA posteriormente.

Interatividade Ambiente Virtual de Aprendizagem, contemplando:

- Aulas teóricas expositivas, com exemplos práticos e acesso a *sites* e/ou plataformas especializadas;
- Estudo dos tópicos apresentados nos *slides*;
- Leitura para aprofundamento do tema, a partir de textos disponibilizados pelos professores;
- Participação dos alunos e das alunas em Fórum de Discussão Formativa, a partir do texto norteador proposto pelos facilitadores de aprendizagem.

Distribuição da Carga Horária do Módulo

Videoconferências
2 horas-aula

Interatividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem
7 horas-aula

Carga Horária Total

9 horas-aula

AVALIAÇÃO E FECHAMENTO DO CURSO

Descritores Conteúdo Programático e/ou Atividades

Data/Período *Dia 30 de setembro de 2021*

Proposta para o Curso Avaliação da estrutura curricular, dos professores e das professoras, dos facilitadores de aprendizagem, da metodologia aplicada, pelos alunos e pelas alunas.
Fechamento do Diário Eletrônico pelos facilitadores de aprendizagem.

Carga Horária

1 hora-aula

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

60 horas-aula

9.1 PROFESSORES E PROFESSORAS

9.1.1

Nome **Maria Teresa Eglér Mantoan**

Síntese do Currículo Pedagoga, mestra e doutora em Educação, pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED / UNICAMP). Oficial da Ordem Nacional do Mérito Educacional – reconhecimento de contribuição à Educação brasileira. Dedicou-se, nas áreas de pesquisa, docência e extensão, ao direito incondicional de todos os alunos à educação escolar de nível básico e superior de ensino.

9.1.2

Nome **Rosângela Machado**

Síntese do Currículo Pedagoga, formada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Educação Especial, pela Universidade de Gunma/Japão. Mestre e doutora em Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenadora de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, de 2001 a 2008. Coordenadora Geral da Política de Educação Especial da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, de 2008 a 2009. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença da Faculdade de Educação da Unicamp. Professora Pesquisadora da Universidade Federal do Ceará. Membro do corpo editorial da Revista Aprendizagem. Autora de livros e artigos na área de educação inclusiva e educação especial. Gerente de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, de 2013 a 2016. Atualmente é professora de Educação Especial, atuando no AEE.

Acesso ao CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4852005339484104>.

9.1.3

Nome **Meiriene Cavalcante Barbosa**

Síntese do Currículo Graduada em Comunicação Social (jornalismo), pela Faculdade Cásper Líbero (São Paulo/SP). Mestre e doutoranda em Educação, pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferenças (LEPED) da Faculdade de Educação da Unicamp (Campinas/SP). Graduada em Pedagogia, pela Universidade Católica de Brasília (Brasília/DF). Foi repórter e editora de diversas revistas da área de educação. Atuou como consultora do Ministério da Educação – por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), na área da Educação Inclusiva – e como coordenadora geral de projetos de inclusão da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED), de São

Paulo. É pesquisadora, formadora e consultora para a implementação de políticas de educação inclusiva. Coordena o Fórum Nacional de Educação Inclusiva no Sudeste.

Acesso ao CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2435398207376599>.

9.1.4

Nome

Adriana Magna S. da Silva Ramalho

**Síntese
Currículo**

do

Formação acadêmica: assistente social, graduada pela UFAL; licenciada em Formação para Formadores de Educação Profissional, pela UNISUL; MBA em Gestão de Pessoas, pela UFT; especialista em Administração e Planejamento para Docentes, pelo CEULP/ULBRA. Atualmente faz especialização em Educação e Direitos Humanos, pela PUC-GO em parceria com a Comissão Dominicana Justiça e Paz do Brasil. Experiência na área de interesses e correlatas: Escola de Governo do Tocantins (EGOVE); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Faculdade Católica do Tocantins; Academia de Polícia Judiciária (ACADEPOL); Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins (SISEPE); Secretaria Municipal de Saúde de Palmas; DFOCO Consultoria; Empresa de Correios e Telégrafos; Única Gestão Pública. Estado do Tocantins (SISEPE); Secretaria Municipal de Saúde de Palmas; DFOCO Consultoria; Empresa de Correios e Telégrafos; Única Gestão Pública.

9.1.5

Nome

Adhemar Chúfalo

**Síntese
Currículo**

do

Graduado em Direito, pela Faculdade de Direito de Franca, 1999. Atualmente é juiz de direito no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Tem experiência na área de Direito, com ênfase na Lei nº 9.099, de 1995; Conciliação; Direitos Humanos, pelo Decreto Judiciário nº 044, de 6/3/2002, publicado no Diário da Justiça nº 997, de 7/3/2002, para exercer o cargo de juiz de direito substituto do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, em virtude de haver sido habilitado em concurso público de provas e títulos. Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de 3ª Entrância de Porto Nacional/TO, de acordo com o Decreto Judiciário nº 441, de 19/12/2005, publicado no Diário da Justiça nº 1.427, de 19/12/2005, onde permanece até a presente data. Exerceu as funções de: coordenador de cursos de mediação e conciliação antes da implementação da Esmat – coordenador Estadual do Movimento pela Conciliação – membro das Turmas Recursais do Estado do Tocantins – juiz eleitoral nas Comarcas de Wanderlândia, Natividade e Porto Nacional – coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), da Comarca de Porto Nacional. Exerce: juiz titular do Juizado Especial Cível e Criminal, da Comarca de 3ª Entrância de Porto Nacional, Estado do Tocantins. Diretor do Foro da Comarca de 3ª Entrância de Porto Nacional, Estado do Tocantins. Membro da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Mestre, pelo Programa de Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), 2019-2020. Acadêmico do curso de Psicologia, na Ulbra – Palmas.

9.1.6

Nome **Patrícia Valentina Ribeiro Santanna Garcia**

Síntese do Currículo Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Atualmente é técnica judiciária (desde 2009, gestora do SEI do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Processo Eletrônico.

9.1.7

Nome **Clairton Thomazi**

Síntese do Currículo Graduado em Psicologia, pelo Centro Universitário Luterano de Palmas, 2006. Especialista em Gestão Pública e Qualidade, pela Universidade Estadual do Tocantins, 2010. Especialista em Gestão Estratégica em Recursos Humanos, pela Faculdade Albert Einstein de São Paulo, 2008. Atualmente é técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional.

9.18

Nome **Marlon Barbosa Silvestre**

Síntese do Currículo Diretor da Secretaria de Sistemas Judiciários – TRF4. Pós-Graduado em Engenharia de Sistemas. Atua com processo eletrônico, desde 2005. Participou da criação do Eproc atual. Gestor do Eproc Nacional.

9.1.9

Nome **Joelson Dias**

Síntese do Currículo Advogado, sócio do escritório Barbosa e Dias Advogados Associados, Brasília-DF. Ex-Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mestre em Direito pela Universidade de Harvard. Presidente da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Conselho Federal da OAB. Foi Secretário do Conselho de Colégios e Ordem dos Advogados do Mercosul (COADEM). Ex-integrante da Comissão Nacional de Relações Internacionais do CF/OAB, da qual foi seu Secretário na gestão 2007-2010. Também representou o CF/OAB no Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e no Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE), órgãos vinculados à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Foi Procurador da Fazenda Nacional e servidor concursado do Tribunal Superior Eleitoral e da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Foi assistente da Promotoria no Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia, em Haia, na Holanda (1997) e atuou como Consultor na Missão Civil Internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Haiti (1993-1994). É membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP)

9.1.10

	<p>Nome George França</p>
<p>Síntese do Currículo</p>	<p>Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no curso de Letras: Libras e no Programa de Pós-Graduação Modelagem Computacional de Sistemas (PPGMCS). Doutor em Educação: Currículo, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em Filosofia, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas: Mídia e Conhecimento, pela mesma Universidade. Foi pró-reitor de Graduação da Universidade do Tocantins (UNITINS). Pró-Reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Diretor do Câmpus de Porto Nacional da UFT. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Tecnologias Educacionais, Cidadania Digital, Acessibilidade. Atualmente é coordenador pedagógico do Programa de Formação Docente Continuada (PROFOR/UFT). Presidente da Comissão de Verificação de Cotas da UFT. Vice-Coordenador (supervisor) do Curso de Extensão em Atendimento Educacional Especializado (AEE), com foco nas Deficiências Intelectual e Múltipla Sensorial –RENAFOR-MEC/UFT/SEDUC-TO. Coordenador geral do projeto de pesquisa e extensão: Transtorno do Espectro Autista no âmbito das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC).</p>
<p>9.1.11</p>	
<p>Nome</p>	<p>Manoel Amorim</p>
<p>Síntese do Currículo</p>	<p>Graduado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão, 2005. Participou na condição de bolsista do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA-UFMA/MST/ASSEMA). Atualmente é pedagogo da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Especialista na Área de Educação Especial e Inclusiva. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão de Sistemas Educacionais, Educação do Campo e Educação Especial e Inclusiva. Colaborou na implantação do Núcleo de Apoio ao Acadêmico com Necessidades Especiais da UFT (Câmpus Universitário de Araguaína). Desenvolve trabalhos relacionados à orientação pedagógica de alunos com deficiência na UFT. Desenvolve a função de transcritor de Braille para alunos com necessidades educacionais especiais da UFT. Conhecimentos na área de Tecnologias Assistivas. Foi membro da Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Trabalhou auxiliando a Coordenação do Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente da UFT. Atualmente trabalha no Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI-UFT). Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE).</p>
<p>9.2 FACILITADORES DE APRENDIZAGEM</p>	
<p>9.2.1</p>	
<p>Nome</p>	<p>Adriana Magna S. da Silva Ramalho</p>
<p>Síntese do Currículo</p>	<p>Formação acadêmica: assistente social, graduada pela UFAL; licenciada em Formação para Formadores de Educação Profissional, pela UNISUL; MBA em Gestão de Pessoas, pela UFT; especialista em Administração e Planejamento para Docentes, pelo CEULP/ULBRA. Atualmente faz especialização em Educação e</p>

Direitos Humanos, pela PUC-GO em parceria com a Comissão Dominicana Justiça e Paz do Brasil. Experiência na área de interesses e correlatas: Escola de Governo do Tocantins (EGOVE); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Faculdade Católica do Tocantins; Academia de Polícia Judiciária (ACADEPOL); Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins (SISEPE); Secretaria Municipal de Saúde de Palmas; DFOCO Consultoria; Empresa de Correios e Telégrafos; Única Gestão Pública. Estado do Tocantins (SISEPE); Secretaria Municipal de Saúde de Palmas; DFOCO Consultoria; Empresa de Correios e Telégrafos; Única Gestão Pública.

9.2.2

Nome **Manoel Amorim**

Síntese do Currículo
 Graduado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão, 2005. Participou na condição de bolsista do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA-UFMA/MST/ASSEMA). Atualmente é pedagogo da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Especialista na Área de Educação Especial e Inclusiva. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão de Sistemas Educacionais, Educação do Campo e Educação Especial e Inclusiva. Colaborou na implantação do Núcleo de Apoio ao Acadêmico com Necessidades Especiais da UFT (Câmpus Universitário de Araguaína). Desenvolve trabalhos relacionados à orientação pedagógica de alunos com deficiência na UFT. Desenvolve a função de transcritor de Braille para alunos com necessidades educacionais especiais da UFT. Conhecimentos na área de Tecnologias Assistivas. Foi membro da Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Trabalhou auxiliando a Coordenação do Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente da UFT. Atualmente trabalha no Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI-UFT). Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE).

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 1.965, de 2018, publicada no DJ nº 4.348, de 13 de setembro de 2018.

6.2 A desistência do curso, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail saesmat@tjto.jus.br.

6.3 A desistência do curso iniciado ou a reprovação sujeitarão o inscrito à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei.

6.4 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, Diretor da ESMAT**, em 19/07/2021, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **3810316** e o código CRC **07B80BEB**.
